



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , de 2017.

(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização, no âmbito desta Comissão, de Audiência Pública sobre o Impacto da indústria farmacêutica na atenção psiquiátrica.

Senhor Presidente,

Nos termos do inciso III, do art. 24, combinado com o art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, para aprofundar o debate sobre o Impacto da indústria farmacêutica na atenção psiquiátrica, com estudiosos, acadêmicos, usuários e o Movimento de Luta Antimanicomial.

JUSTIFICAÇÃO

A Luta Antimanicomial faz 30 anos. Em 1987, no II Congresso dos Trabalhadores de Saúde Mental, no município de Bauru (SP), o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial apresentou sua agenda de lutas “Por uma sociedade sem manicômios”.

A reivindicação dos trabalhadores, mais tarde envolvendo familiares e pessoas com transtornos mentais, tinha como perspectiva uma reforma psiquiátrica com a elaboração de políticas públicas que fossem comunitárias, garantidoras de direitos – elementos esses impensáveis de serem garantidos dentro de hospitais psiquiátricos.

Passados 30 anos, muitas conquistas foram alcançadas. Se na década de 80 tínhamos aproximadamente 100 mil leitos em hospitais psiquiátricos, atualmente, temos aproximadamente 23 mil leitos, todos eles, em processo de fechamento.



Se antes, os recursos públicos da União, majoritariamente, eram investidos em hospitais psiquiátricos, atualmente, os recursos são investidos na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), composta por Centros de Atenção Psicossocial, Hospital Geral, Unidades básicas de Saúde, Residências Terapêuticas, entre outros equipamentos, que partem da premissa que a liberdade é terapêutica.

Se por um lado avançamos nas políticas públicas de saúde mental nas últimas décadas, por outro, a agenda da luta antimanicomial está em plena vigência. Ainda há cerca de 161 hospitais psiquiátricos que necessitam ser fechados e substituídos pela RAPS; são aproximadamente seis mil pessoas em hospitais de custódia, cumprindo medida de segurança (muitas vezes, em situação de prisão perpétua), que deveriam já ter sido reintegradas à sociedade por meio da RAPS; são inúmeras Comunidades Terapêuticas, com sistemáticas denúncias de violação de direitos humanos, que atuam na perspectiva que atuavam os hospitais psiquiátricos; e, de maneira muito preocupante, são grandes as sinalizações de retrocesso nas políticas públicas, com as medidas antipovo, antidemocráticas e de privilégio aos bancos, grandes empresários e rentistas.

Nesse momento de ruptura democrática cresce a resistência à luta antimanicomial, construída com muita dor, como com as 60 mil mortes ocorridas em um manicômio na cidade de Barbacena, Minas Gerais, um verdadeiro genocídio entre 1903 e 1980. A reforma psiquiátrica pressupõe a democracia, a construção do pensar e fazer juntos. Reproduzir a lógica manicomial, ainda que com nomes diferentes, como Comunidades Terapêuticas, não permite concluir tal reforma.

Manicômios não são só estruturas físicas, existe uma lógica manicomial presente em várias políticas públicas, cerceadora da liberdade, que cronifica os transtornos, que arrancam qualquer viés de identidade onde possamos, a partir desses fios, reconstruir as vidas e a própria identidade. E as pessoas só se fazem humanas na liberdade, com a voz, com o corpo, com o outro.

Nessa lógica, a sociedade elimina nossas identidades e subjetividades, tirando nossa condição de sujeitos. A mão invisível do mercado molda comportamentos e aprisiona desejos, que são fruto da nossa vivência, da nossa humanidade. Desejo é coisa de gente.



Vivemos em uma sociedade com muito sofrimento psíquico, duplos vínculos, duplas mensagens. A mesma sociedade que diz consumir para eu te respeitar, não dá o direito de consumir, além dos espaços públicos estarem sendo moídos. E espaço público é onde lidamos com o outro, onde se realiza a alteridade, pois é com o outro que estabelecemos as nossas identidades, é com o outro que nos construímos sujeitos, que nos transformamos e transformação é um ato de comunhão, como dizia Paulo Freire, e só o fazemos com o outro.

Ao mesmo tempo em que imperam as inconclusões da reforma psiquiátrica, proliferam os medicamentos e suas mensagens salvadoras, suas propagandas redentoras, com promessas de solução dos transtornos e sofrimentos mentais, o que nos leva a refletir sobre os impactos da indústria farmacêutica na atenção psiquiátrica.

A perspectiva dessa indústria não estaria partindo da premissa do indivíduo com transtorno mental ser doente ao invés de ser sujeito com direitos à saúde mental? Saúde não é o contrário de doença. A saúde mental pressupõe não a normalidade e sim a sanidade, a criatividade, o desenvolvimento humano, a liberdade.

No texto “Saúde mental e capitalismo – A fraude da psicofarmacologia”, Fernando Pardal afirma que o principal paradigma da psiquiatria nos últimos 70 anos, a psiquiatria biológica, tem como consequência mais concreta o desenvolvimento da indústria psicofarmacêutica, sua incrível expansão e seus efeitos sobre a saúde mental das populações atendidas por um sistema de saúde que opera nessa lógica. Afirma também que as concepções de mente e psiquismo que embasam essa prática são, curiosamente, mais uma justificativa “científica” criada a posteriori do que uma concepção teórica que deu origem a uma prática médica.

No mesmo texto, Pardal relata dados publicados no livro do jornalista estadunidense Robert Whitaker, “Anatomia de uma Epidemia”, que demonstra o impulso irrefreável do aumento das drogas psiquiátricas: em 1987 – quando a suposta “revolução” psicofarmacológica já tinha mais de trinta anos e estava às vésperas de seu segundo grande impulso com o lançamento do prozac – os EUA gastavam US\$ 800 milhões de dólares em drogas psiquiátricas; em 2007 esse número chegava a US\$ 40 bilhões. Um aumento em 50 vezes em apenas vinte anos.



Contudo, continua Pardal, esse aumento assombroso no consumo de drogas psiquiátricas não representou uma contrapartida em termos de saúde pública. Se os remédios são tão eficazes para combater os problemas de saúde mental, seria de se esperar que eles estivessem sendo reduzidos. Mas não: nos EUA, a capital mundial da indústria psicofarmacêutica, em 1955, havia 355.000 pessoas internadas em hospitais psiquiátricos por doenças mentais, ou seja, 1 em cada 468 americanos. Whitaker compara esses números com os que recebem pensão do governo em decorrência de doenças mentais, uma vez que o modelo de internação psiquiátrica foi – felizmente – colocado em desuso: em 1987 havia 1,25 milhões de americanos recebendo pensão do governo por esse motivo.

O texto de Pardal continua afirmando que entre os jovens a epidemia de doenças mentais deu um salto ainda mais abrupto. Um estudo de 2007 da revista *Archives of General Psychiatry* apontava que o número de crianças e adolescentes diagnosticados com transtorno bipolar aumentou 40 vezes entre 1994 e 2003: de 25 a cada 100 mil pacientes, para 1.003 a cada 100 mil pacientes. Esse estudo foi divulgado no jornal Folha de S. Paulo com entrevistas de psiquiatras que forneciam uma explicação sucinta para o fenômeno: era apenas um reflexo no aperfeiçoamento do diagnóstico, que permitia identificar jovens adoecidos que antes passavam batidos. Falando do Brasil, na mesma edição da Folha aparecia uma reportagem sugerindo que o aumento só não era tão grande em nosso país pela insuficiência de diagnósticos. Mesmo assim, no Hospital das Clínicas da USP naquele ano o número de crianças com esse diagnóstico passou de 22 em 1995 para 135 em 2007.

O que acontece então? Pergunta Pardal. Seria apenas a “melhora dos diagnósticos” que fez o número de enfermidades mentais se revelar uma das principais epidemias da saúde pública contemporânea? De acordo com essa lógica, sempre vivemos em um mar de doenças mentais, mas apenas não nos dávamos conta disso. Ou seria a barbárie da iatrogenia: as doenças causadas, agravadas ou tornadas crônicas pelo próprio tratamento médico? A indústria farmacêutica e a psiquiatria têm ocultado há décadas essa barbárie?

Esta Casa precisa se debruçar sobre estas questões. É urgente que aprofundemos o debate sobre o impacto da indústria farmacêutica na atenção psiquiátrica.



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Erika Kokay

Diante do exposto, solicito aos nobres e às nobres Parlamentares que aprovem o presente requerimento.

Sala da Comissão, em ----- de outubro de 2017

ERIKA KOKAY

Deputada Federal

PT – DF